

## HISTÓRICO DO SALÁRIO MÍNIMO

Sandro Marciel Sarassa<sup>1</sup>  
Vonja Engel<sup>2</sup>

### Resumo

No Brasil o salário mínimo foi instituído em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo. O país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados existente na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal) e todas as regiões que correspondiam a estados foram divididas ainda em sub-região, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos para todo o Brasil.

Palavras chave: salário - mínimo - país.

### 1. Introdução

Em 1951, o Presidente Getúlio Vargas assinou um Decreto-Lei reajustando os valores do salário mínimo, dando início a um período em que reajustes mais frequentes garantiram a manutenção, e até alguma elevação, do poder de compra do salário mínimo.

A partir de 1962, com a aceleração da inflação, o salário mínimo voltou a perder seu poder de compra, apesar dos outros dois reajustes durante o Governo de Goulart. Após o golpe militar, modificou-se a política de reajustes do salário mínimo, abandonando-se a prática de recompor o valor real do salário no último reajuste. Em 1968, passou-se a incluir uma correção referente à diferença entre as inflações esperadas e realizadas, sem, no entanto, qualquer correção referente às perdas entre 1965 e 1968.

De 1975 a 1982, os reajustes do salário mínimo elevaram gradualmente seu poder de compra, com um ganho real da ordem de 30%. Em 1979, os reajustes passaram a ser semestrais, e em valores que correspondiam a 110% da variação do INPC. A partir de 1983, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, o crescimento da inflação levou a significativas perdas no poder de compra do salário mínimo. Entre 1982 e 1990, o valor real do salário mínimo caiu 24%. Deve-se destacar ainda que em maio de 1984 ocorreu a unificação do salário mínimo no país.

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR). [Ss000594@fahor.com.br](mailto:Ss000594@fahor.com.br)

<sup>2</sup> Professora do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR). Economista, especialista em Comunicação Empresarial e Mestre em Desenvolvimento Regional. [vonja@fahor.com.br](mailto:vonja@fahor.com.br)

Em 1990, apesar da permanência de altos índices de inflação, as políticas salariais foram capazes de garantir o poder de compra do salário mínimo, que apresentou um crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo teve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do salário mínimo e da cesta básica calculado pelo DIEESE na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56%.

## **2. Revisão de literatura**

### **2.1 Evoluções do salário mínimo**

Segundo o Ministério da Fazenda, há duas conclusões importantes a destacar a partir dos dados que mostra a evolução histórica do salário mínimo desde 1940. Em primeiro lugar, ao contrário de manifestações muito corriqueiras de que o poder de compra do salário mínimo seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram que não houve perda significativa.

Em segundo, foi com a estabilização dos preços a partir de 1994 que se consolidou a mais significativa recuperação do poder de compra do mínimo desde a década de 50.

Reajustando os valores da série histórica do salário mínimo para os valores reais de janeiro de 2010 (deflacionados por projeção do ICV – estrato interior), podemos perceber que o salário de 2010 é o maior desde 1986.

### **2.2 Cálculo do salário mínimo**

Em 1940, o Decreto-Lei nº 2.162 fixou os valores. A princípio, ele era calculado de acordo com a região em que o trabalhador residia e deveria atender somente às suas necessidades básicas. A unificação do salário mínimo para todo o país ocorreu em 1984. Isso foi consolidado na Constituição de 1988, que também vetou a utilização do direito como referência para o cálculo de outros valores e estipulou sua atualização periódica. Outro objetivo da mudança foi evitar que o salário mínimo, por força da sua disparidade de valores, acentuasse as desigualdades sociais.

A partir de 2007, o salário mínimo passou a ser corrigido todos os anos pela inflação do ano anterior, somada à variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores. Durante o período de inflação alta, a atualização do valor do salário mínimo chegou a ser feita mensalmente, mas, desde a implantação do Plano Real, em 1994, o reajuste é realizado anualmente (desde 2000, ocorre no mês de abril de cada ano).

### **2.3 A pobreza e miséria no Brasil**

Assim como é importante discutir o grau de cobertura do salário mínimo é preciso entender que outros fatores além do salário influem no bem-estar social das famílias. Investimentos em educação e saúde, bem como em infraestrutura básica, melhoram o bem-estar da população sem que se manifestem do poder de compra dos salários.

Segundo avaliação recente do IPEA (2008), o número de pobres e miseráveis no Brasil, dentre os anos de 2000 a 2007, vem apresentando importante redução em sua taxa de incremento, e ostenta queda dos indicadores de desigualdade de renda. Em 1977 apresentou coeficiente de Gini em 0,623, conquanto no ano de 2007 apresentava um indicador de 0,552. O índice de Gini apresenta escala de valores compreendida entre intervalos de 0 a 1, sendo considerados importantes números que possam se situar próximos a 0 (zero), indicando assim menor desigualdade de renda entre as famílias. Vale lembrar que pobreza se caracteriza quando as pessoas conseguem satisfazer suas necessidades mínimas como saúde, alimentação, moradia, lazer e segurança.

## **2.4 Cestas básicas X Salários**

Como podemos ver pelo gráfico do DIEESE, um salário mínimo no início do governo FHC dava para comprar 1,02 cestas básicas, e em 2002 já conseguia comprar 1,42 cestas, em um aumento de 39% no poder de compra do salário mínimo medido em cestas básicas. No governo Lula o salário mínimo tem sucessivos aumentos substanciais a partir de 2005, passando a comprar mais de duas cestas básicas em 2009 e se chegando a 2010 ao patamar de compra de 2,17 cestas, o maior quociente desde o início da série histórica em 1979, o que representa um aumento do poder de compra do salário mínimo medido em cestas básicas da ordem de 53%.

## **2.5 Impactos Fiscais do Aumento do Salário Mínimo**

O impacto fiscal do aumento do salário mínimo se dá sobre as contas da Previdência Social, as despesas com seguro-desemprego e abono salarial, os gastos com a LOAS e as folhas de pagamento das três esferas do governo.

O impacto sobre as folhas dos estados e dos municípios pode parecer pouco expressivo se olharmos apenas para o seu valor (R\$ 4 milhões para o total dos estados, e R\$ 11 milhões para os municípios, considerando-se apenas os servidores na ativa). O grande problema aqui é que, em municípios pequenos e de regiões menos desenvolvidas, este impacto pode ser enorme em termos relativos. Entre as Prefeituras da Região Nordeste, onde este problema deve ser mais grave, 37% do total de servidores públicos municipais recebem salários num valor menor ou igual a um salário mínimo.

## **3. Metodologia**

O presente trabalho buscou verificar o comportamento do salário mínimo ao longo da história. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal estudar ao longo da história como o salário mínimo se comportou e quanto isso influenciou na vida da população brasileira. Para a realização da pesquisa foram utilizados levantamentos bibliográficos que para Gil (2002), utiliza-se de material já elaborado.

## **4. Conclusão**

Contudo verificamos que o salário mínimo antes do Plano Real era muito instável devido a inflação, o poder de compra era muito menor que nos dias de hoje. Com a estabilização da moeda em 1994 a economia começou a crescer e junto o salário teve pequenos aumentos anuais que foram dando mais poder de compra aos trabalhadores. Assim as pessoas que antes só conseguiam se alimentar com o salário mínimo começaram a poder ter outros gastos com saúde, lazer, educação e moradia.

O governo Lula deu início a redução da pobreza e da miséria através da implantação de programas como o bolsa família que oferece a famílias de baixa renda uma ajuda de custo que varia entre R\$70,00 e R\$96,00 Reais, esse programa junto de outros que estão sendo implantados vem trazendo resultado que é a redução da pobreza e da miséria.

Outro resultado positivo que podemos ver é o aumento do poder de compra da cesta básica por um salário mínimo, que dobrou, pois em 1995 o salário mínimo equivalia a 1,02 cestas básicas e no ano de 2010 o salário mínimo já valia a 2,17 cestas básicas.

Mas esses aumentos constantes trazem consequências preocupantes, o grande problema aqui é que, em municípios pequenos e de regiões menos desenvolvidas, este impacto pode ser enorme em termos relativos. Entre as Prefeituras da Região Nordeste, onde este problema deve ser mais grave, 37% do total de servidores públicos municipais recebem salários num valor menor ou igual a um salário mínimo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Pesquisa Direito do trabalhador**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/para/servicos/direitos-do-trabalhador/salario-minimopdf>>. Acesso em: 18 Mar. 2013.

Dieese. **Salário Mínimo**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/notatec86salariominimo2010.pdf>>. Acesso em: 20 Mar.2013

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4<sup>o</sup> ed.. São Paulo, Editora Atlas,2007.

Ministério da Fazenda. **Salário mínimo no Brasil: evolução histórica e impactos sobre o mercado de trabalho e as contas públicas**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/português/salariominimo.htm>>> Acesso em: 12 Mai.2013

Ministério da Previdência Social. **Tabela de contribuição mensal**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/tabela-de-contribuio-mensal/>>>. Acesso em 30 Mar. 2013.

SEFAZ. **Cesta Básica**. Disponível em: <<http://www.sefaz.pe.gov.br/flexpub/versão1>>>. Acesso em 20 Mar. 2013.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. **Evolução do Salário Mínimo**. Disponível em: <<http://www.trt3.jus.br/informe/calculos/minimo.htm>>>. Acesso em: 18 Mar. 2013.